

14 de fevereiro de 2023

A: Principal Participações S.A.

At.: Administradores

Ref.: Relatório do Auditor Independente nº 401-2023-7

Prezados senhores,

Pela presente, encaminhamos aos cuidados de V.Sa. as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022 da Principal Participações S.A. acompanhada do Relatório do Auditor Independente.

Atenciosamente,

Raphael Maciel

Principal Participações S.A.

Demonstrações financeiras acompanhadas do Relatório
dos Auditores Independentes

Em 31 de dezembro de 2022

Principal Participações S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Índice

	Página
Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras	5
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022	11

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras

A

Principal Participações S.A

São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Principal Participações S.A (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Principal Participações S.A em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas estão descritas na seção a seguir intitulada: “Responsabilidades do auditor pela auditoria da demonstração financeira”. Somos independentes em relação a Companhia de acordo com princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos – valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 utilizadas para fins de comparação foram examinadas por outros auditores independentes cujo relatório foi emitido em 01 de março de 2022, sem modificação.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia em continuar operando e divulgando quando aplicável os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa prática contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomada em conjunto esteja livre de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não a garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis, se houver e das respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso pela Companhia da prática contábil de continuidade operacional e com base nas evidências de auditoria obtidas se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório, todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2023.



Raphael Teixeira Maciel
Contador CRC 1SP- 302.257/O-5

RSM Brasil Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-030001/O-0

Principal Participações S.A.
CNPJ: 40.088.419/0001-61
Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em reais - R\$

Ativo	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	22.161.718	352.399
Estoque de imóveis a comercializar	5	52.938.250	1.284.964
Adiantamentos	6	3.792.189	-
Tributos a recuperar		1.895	77
Total do ativo circulante		78.894.052	1.637.440
Total do ativo		78.894.052	1.637.440

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Principal Participações S.A.
CNPJ: 40.088.419/0001-61
Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em reais - R\$

Passivo	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores	7	3.741.903	87.844
Obrigações tributárias	8	356.145	15.973
Total do passivo circulante		4.098.048	103.817
Não Circulante			
Debêntures	9	39.927.499	-
Total do passivo circulante		39.927.499	-
Patrimônio líquido			
Capital social subscrito	10	53.169.387	1.670.000
Capital a integralizar	10	(18.153.017)	-
Prejuízos acumulados	-	(147.865)	(136.377)
Total do patrimônio líquido		34.868.505	1.533.623
Total do passivo e do patrimônio líquido		78.894.052	1.637.440

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Principal Participações S.A.

CNPJ: 40.088.419/0001-61

Demonstrações do Resultado do Exercício para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em reais - R\$

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Despesas Gerais e Administrativas	11	(157.580)	(82.596)
Despesas tributárias	-	(586)	(712)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(62.983)
Resultado antes do resultado financeiro		(158.166)	(146.291)
Resultado financeiro	12	364.496	13.045
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		206.330	(133.246)
Imposto de renda e contribuição social	13	(217.818)	(3.131)
Prejuízo líquido do exercício		(11.488)	(136.377)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Principal Participações S.A.

CNPJ: 40.088.419/0001-61

Demonstração dos Resultados Abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em reais - R\$

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo líquido do exercício	<u>(11.488)</u>	<u>(136.377)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
(=) Resultado abrangente	<u>(11.488)</u>	<u>(136.377)</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Principal Participações S.A.

CNPJ: 40.088.419/0001-61

Demonstrações da Mutação do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em reais - R\$

	<u>Notas</u>	<u>Capital social subscrito</u>	<u>Capital a integralizar</u>	<u>Lucros (prejuízos) acumulados</u>	<u>Total do Patrimônio Líquido</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020		<u>10.000</u>	<u>(10.000)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Integraliza�o de capital		-	10.000		10.000
Aumento de capital		1.660.000	-	-	1.660.000
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(136.377)	(136.377)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		<u>1.670.000</u>	<u>-</u>	<u>(136.377)</u>	<u>1.533.623</u>
Aumento de capital	10	51.499.387		-	51.499.387
Capital a integralizar	10		(18.153.017)		(18.153.017)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(11.488)	(11.488)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		<u>53.169.387</u>	<u>(18.153.017)</u>	<u>(147.865)</u>	<u>34.868.505</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstra es financeiras.

Principal Participações S.A.

CNPJ: 40.088.419/0001-61

Demonstrações do Fluxo de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em reais - R\$

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fluxo de Caixa das Atividade Operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>206.330</u>	<u>(133.246)</u>
Ajustes que não representam entrada ou saída de caixa		
Variação monetária - Debêntures	(123.989)	-
Juros sobre Debêntures	51.488	-
Decréscimo (acrécimo) em ativos	<u>(55.447.293)</u>	<u>(1.285.041)</u>
Estoques de imóveis a comercializar	(51.653.286)	(1.284.964)
Tributos a recuperar	(1.818)	(77)
Adiantamentos diversos	(3.792.189)	-
Decréscimo (acrécimo) em passivos	<u>3.892.483</u>	<u>102.477</u>
Fornecedores	3.654.059	87.844
Obrigações tributárias	238.424	14.633
Imposto de renda e contribuição social, pagos	(116.070)	(1.791)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	<u>(51.537.051)</u>	<u>1.317.601</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	33.346.370	1.660.000
Integralização de capital	-	10.000
Emissão de debêntures	40.000.000	-
Caixa líquido gerado das atividades de financiamentos	<u>73.346.370</u>	<u>1.670.000</u>
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>21.809.319</u></u>	<u><u>352.399</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	352.399	-
No final do exercício	22.161.718	352.399
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>21.809.319</u></u>	<u><u>352.399</u></u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Principal Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

De 31 de dezembro de 2022

Em reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A Principal Participações S.A. (“Principal” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com prazo de duração indeterminado. A Companhia é regida pelo seu estatuto social e pelas disposições legais aplicáveis, com sede em São Paulo/SP, constituída em 11 de dezembro de 2020.

A Principal tem por objeto a aquisição, desenvolvimento, construção e incorporação imobiliária de imóveis para aluguel e venda, inclusive do empreendimento designado como Condomínio Urban Hub Mauá I, em desenvolvimento no imóvel localizado na Avenida Papa João XXIII, 3740, Sítio Sertão, Subdivisão, CEP 09370-800, Cidade de Mauá, Estado de São Paulo, registro na matrícula nº 47.557, do Cartório de Registro de Imóveis de Mauá/SP.

Reorganização societária

No decorrer do ano de 2021 os acionistas realizaram reestruturações societárias visando simplificar e otimizar a sua estrutura societária e de negócios, quais sejam:

i. Transformação em Companhia por Ações – S.A.

Conforme alteração do contrato social registrada em 04 de agosto de 2021 as sócias resolveram transformar o tipo da Companhia de Companhia empresária limitada em Companhia por ações, mantendo inalterada a composição do capital e patrimônio sob a denominação de Principal Participações S.A..

ii. Incorporação da Principal Empreendimentos Imobiliários Ltda. pela Principal Participações S.A.

Em 17 de março de 2021 a Principal Participações S.A. realizou aporte no montante de R\$ 10.000 (dez mil reais) para integralização de capital da investida Principal Empreendimentos Imobiliários Ltda. adquirindo 100% de participação no referido investimento.

Em 28 de dezembro de 2021 a Principal Participações S.A. aumentou o capital da Principal Empreendimentos Imobiliários Ltda. em R\$ 406.000 (quatrocentos e seis mil Reais) mediante a conversão de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (“AFACs”) e mantendo a participação de 100% na investida.

Principal Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

De 31 de dezembro de 2022

Em reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2021 os acionistas aprovaram a incorporação da totalidade das ações da Principal Empreendimentos Imobiliários Ltda. cujo patrimônio foi avaliado por seu valor contábil conforme Laudo de Avaliação emitido por peritos contábeis e levando em consideração os termos e condições previstos no Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Principal Empreendimentos Imobiliários Ltda. pela Principal Participações S.A.

O Laudo de Avaliação tomou como base o balanço patrimonial da Principal Empreendimentos Imobiliários Ltda. encerrado na data-base de 31 de dezembro de 2021 cujo patrimônio total perfaz o montante de R\$ 353.017, contudo, considerando que na época da incorporação já detinha 100% do capital social da Principal Empreendimentos Imobiliários Ltda. a incorporação não resultou em aumento de seu patrimônio.

A seguir detalhamos os saldos da Principal Participações S.A. antes de depois da incorporação:

Ativo	31/12/2021 (antes da incorporação)	Incorporação (Principal Empreendimentos)	31/12/2021 (depois da incorporação)
Caixa e equivalentes de caixa	352.399	-	352.399
Tributos a recuperar	-	77	77
Estoque de imóveis a comercializar (a)	681.910	603.054	1.284.964
Partes relacionadas (b)	248.263	(248.263)	-
Investimentos (c)	353.017	(353.017)	-
Total do Ativo	1.635.589	1.851	1.637.440
Passivo			
Fornecedores	87.844		87.844
Obrigações tributárias	14.122	1.851	15.973
Total do Passivo	101.966	1.851	103.817
Patrimônio líquido	1.533.623	-	1.533.623
Total do Passivo e Patrimônio líquido	1.635.589	1.851	1.637.440

- (a) Saldo de estoque incorporado relativo a gastos referentes ao desenvolvimento do empreendimento designado como Condomínio Urban Hub Mauá I foram pagos mediante aportes realizados pela Principal Participações conforme descritos nos itens "b" e "c" a seguir;
- (b) Referente a aportes realizados pela Principal Participações para Principal Empreendimentos tratados em conta corrente. Na incorporação foi feito o encontro de contas para o saldo;
- (c) Saldo decorrente de aportes para integralização de capital social no montante de R\$ 416.000 (quatrocentos e dezesseis mil reais) reduzido ao valor de R\$ 62.983 referente a equivalência patrimonial sobre o resultado da Principal Empreendimentos. Como a incorporadora detinha 100% do capital social da incorporada, a incorporação resultou em redução do saldo de investimento da incorporadora com o patrimônio líquido da incorporada.

Principal Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

De 31 de dezembro de 2022

Em reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis da Companhia para o período findo em 31 de dezembro de 2022 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as normas introduzidas pelos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, conforme as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.2 Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em real (R\$), que é moeda funcional.

2.3 Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 14 de fevereiro de 2023.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo, considerados de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2 Instrumentos financeiros

Mensuração de ativos financeiros

Os instrumentos financeiros da Principal Participações estão representados substancialmente por ativos financeiros incluindo caixa. Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, acrescidos dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição, exceto para instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados a valor justo por meio do resultado, em que os custos de transação são registrados no resultado do período.

Principal Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

De 31 de dezembro de 2022

Em reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

A mensuração subsequente dos ativos financeiros é efetuada com base no custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Classificação de ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado e mensurado: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio do resultado; ou (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação dos ativos financeiros depende da estratégia de negócios, na qual o ativo financeiro é gerenciado e nas características dos fluxos de caixa contratuais.

Um ativo financeiro é mensurado a custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a valor justo por meio do resultado:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é o de manter os ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

3.3 Estoque de imóveis a comercializar

Referem-se a custos de aquisição de terrenos, gastos iniciais com projeto e legalização do terreno, materiais, mão de obra e outros custos de construção relacionados e já incorridos.

3.4 Debêntures

As debêntures emitidas são reconhecidas inicialmente, pelo valor de custo no recebimento dos recursos. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro-rata temporis*").

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida durante o período em que os empréstimos estejam em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As Debêntures são classificados como passivo não circulante a menos que tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após a data do balanço.

3.5 Fornecedores

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos até as datas dos balanços.

Principal Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

De 31 de dezembro de 2022

Em reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

3.6 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período refere-se ao imposto corrente. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionada a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos do imposto de renda e da contribuição social, corrente, são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A Principal adota o regime de tributação do lucro presumido no qual a base de cálculo do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas ("IRPJ") é calculada à razão de 8% e 32% e a da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") à razão de 12% e 32% sobre as receitas brutas (e 100% para as receitas financeiras).

3.7 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela de eventos passados e do qual se espera que resultem benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos quando aplicável dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses caso contrário são demonstrados como não circulantes.

3.8 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são Ajustados pelo seu Valor Presente (AVP) no registro inicial da transação levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes.

Subsequentemente, estes juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

Principal Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

De 31 de dezembro de 2022

Em reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

3.9 Apuração do resultado

O resultado é apurado com no regime de competência, de forma que as receitas e despesas são incluídas na apuração dos resultados dos exercícios em que ocorreram, independentemente do recebimento ou pagamento.

3.10 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos: a preparação das demonstrações financeiras da requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras, contudo, a incerteza relativa a estas premissas e estimativas poderia levar a resultados que não requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas: as principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço não envolvendo risco significativo de causar um ajuste importante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidos a seguir:

- Impostos: a é fiscalizada por diferentes autoridades incluindo: fiscais, trabalhistas, previdenciárias e ambientais. Não é possível garantir que essas autoridades não autuarão a nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e posteriormente em processos judiciais, tampouco, o resultado tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais;

- Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: a reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As avaliações para possíveis provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.11 Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

Durante o exercício de 2022 foi emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) a revisão das referidas normas abaixo, já vigentes no exercício de 2022:

Alteração ao IAS 16/CPC 27 Ativo Imobilizado

A alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.

Alteração ao IAS 37/CPC25 Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Principal Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

De 31 de dezembro de 2022

Em reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.

Alteração ao IFRS 3/CPC 15 Combinação de Negócios

Substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.

IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros

Alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.

IFRS 1/CPC 37 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros

Simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

IAS 41/CP 29 - Ativos Biológicos

Remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

As alterações foram avaliadas e adotadas pela Administração, não havendo efeitos em suas demonstrações financeiras quanto à sua aplicação.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa:	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Depósitos bancários	356.025	3.248
Aplicações financeiras (a)	8.055.131	-
Aplicações financeiras - debêntures(b)	<u>13.750.562</u>	<u>349.151</u>
Total	<u>22.161.718</u>	<u>352.399</u>

(a) As aplicações financeiras de renda fixa são compostas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e remuneradas com base na variação da taxa do CDI e resgatáveis a qualquer tempo.

(b) Referem-se a contas bancárias constituídas em decorrência da operação de e Debêntures, emitidos pela Planeta Securitizadora S.A e de acordo com o Termo de Securitização referem-se a contas centralizadora de titularidade da Emissora das Debêntures e integrante do Patrimônio Separado, que é administrado pela mesma, e disponível o desenvolvimento do imóvel.

Principal Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

De 31 de dezembro de 2022

Em reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

5. ESTOQUE DE IMÓVEIS A COMERCIALIZAR

Em 31 de dezembro de 2022 o estoque está avaliado por meio do custo de aquisição, conforme demonstrado abaixo:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Obras em andamento (b)	46.791.880	1.284.964
Terrenos (a)	6.146.370	-
Total	<u>52.938.250</u>	<u>1.284.964</u>

(a) Em 08 de março de 2022 a Companhia realizou um aumento de capital no montante de R\$ 6.146.370 (seis milhões, cento e quarenta e sei mil, trezentos e setenta reais), mediante a emissão de 6.146.370 (seis milhões, cento e quarenta e seis mil, trezentos e setenta) ações ordinários, nominativas e sem valor nominal, com preço de R\$ 1,00 (um real) por ação, as quais foram integralmente subscritas pela acionista HBS Participações Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 04.221.0025/0001-76 ("HBS") e integralizadas por meio da conferência do imóvel localizado na Avenida Papa João XXIII, Nº 3.740, Parque São Vicente, cidade de Mauá, Estado de São Paulo, registrado na matrícula nº 47.557, do Cartório de registro de Imóveis de Mauá/S, com área de 98.163m², no Sítio Sertão, Bairro do Sertãozinho.

(b) Gastos realizados referentes ao desenvolvimento do empreendimento designado como Condomínio Urban Hub Mauá I, a ser realizado no imóvel localizado na Avenida Papa João XXIII, 3740, Sítio Sertão, Subdivisão, CEP 09370-800, Cidade de Mauá, Estado de São Paulo, registro na matrícula nº 47.557 do Cartório de Registro de Imóveis de Mauá/SP. A administração possui expectativa para conclusão do empreendimento em julho de 2023.

6. ADIANTAMENTOS

O saldo de adiantamentos está assim representado:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Afonso França Construções e Com. Ltda (a)	3.726.012	-
Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Doc. De Mauá	66.177	-
Total	<u>3.792.189</u>	<u>-</u>

(a) Os saldos referem-se a adiantamentos para prestação de serviços de construção, os quais estão sendo capitalizados ao custo do imóvel na medida em que a prestação de serviço ocorre.

7. FORNECEDORES

São registrados pelo regime de competência, ou seja, reconhecidos contabilmente de acordo com o recebimento do bem ou da prestação do serviço e possuem vencimentos em 2023.

Principal Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

De 31 de dezembro de 2022

Em reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

O montante de fornecedores a pagar em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 3.741.903 (R\$ 87.844 em 2021), referente a gastos no desenvolvimento do empreendimento imobiliário.

8. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

O saldo de impostos e contribuições a recolher está assim representado:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
IRRF a recolher	6.211	3.120
ISS a recolher	157.270	1.842
PIS/COFINS /CSLL a recolher	19.618	9.671
INSS s/ serviços a recolher	71.298	-
IRPJ e CSLL	101.748	1.340
Total	<u>356.145</u>	<u>15.973</u>

9. DEBÊNTURES

Em 25 de maio de 2022 a Principal realizou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, totalizando 40.000.000 debêntures ao valor nominal unitário de R\$1.000, totalizando o montante de R\$40.000.000. A taxa de juros pré-fixada é de 8% ao ano, base 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*. O valor nominal das debêntures será atualizado mensalmente, a partir de 20 de junho 2022, e sempre no dia 20 dos meses subsequentes, pelo IPCA. As debêntures terão prazo de 3.648 dias corridos, vencendo, portanto, em 20 de maio de 2032. Os juros vencem e serão pagos sempre no mês subsequente a sua respectiva competência tendo como primeiro pagamento remuneratório o dia 20 de junho de 2022, e o início da amortização do principal em 20 de junho de 2024 conforme escritura de emissão destas debêntures.

A movimentação de debêntures é como segue:

	<u>2022</u>
Debentures Emitidas	40.000.000
Juros incorridos	768.664
Juros pagos	(717.176)
Variação monetária	(123.989)
Total	<u>39.927.499</u>

As debêntures emitidas foram objeto de securitização efetuada pela Planeta Securitizadora S.A. e distribuída pela Vórtx DTVM Ltda., com lastro em certificados de recebíveis imobiliários - CRIs latreados na alienação fiduciária do imóvel localizado na Avenida Papa João XXIII.

Principal Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

De 31 de dezembro de 2022

Em reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Características do CRI:

- A) Emissão: 35ª;
- B) Série: única;
- C) Quantidade de CRI: 40.000 (quarenta mil)
- D) Valor de emissão R\$40.000.000
- E) Prazo: 3.648 dias a contar da data de emissão.
- F) Atualização monetária: IPCA
- G) Remuneração 8% ao ano, base 360 dias corridos, calculados de forma exponencial e cumulativa pro *rata temporis*.
- H) Amortização: A amortização e pagamento da remuneração dos CRI são mensais tendo como primeiro pagamento remuneratório o dia 20 de junho de 2022, e o início da amortização do principal em 20 de junho de 2024, conforme instrumento de emissão do Certificado de recebíveis imobiliários.

Cláusulas restritivas:

A captação de recursos com a emissão de Debêntures possui cláusulas restritivas que exigem a liquidação antecipada "Covenants" por condições estipuladas, as quais vem sendo cumpridas.

Para o pagamento das emissões o agente fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das debêntures e exigir o imediato pagamento quando na ocorrência de qualquer dos eventos previstos em lei e/ou certos eventos previstos contratualmente sendo os mais relevantes os seguintes:

- Decretação de falência da Locatária, pedido de falência pela Locatária, pedido de falência da Locatária formulado por terceiro(s) e não elidido no prazo legal ou pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Locatária independentemente do deferimento do respectivo pedido;
- Liquidação, dissolução ou extinção da Locatária;
- caso esta Escritura de Emissão, os Documentos da Operação, ou quaisquer das obrigações da Emissora oriundas desta Escritura de Emissão ou dos Documentos da Operação sejam objeto de questionamento judicial ou extrajudicial pela Emissora e partes relacionadas a esta, incluindo, mas não se limitando, a qualquer de suas controladas ou controladoras, diretores, administradores, agentes ou funcionários;
- inadimplemento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e aos demais Documentos da Operação de que seja parte, não sanada no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data estipulada para pagamento, exceto se houver outro prazo de cura específico;
- transformação do tipo societário da Emissora, nos termos dos artigos 220 a

Principal Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

De 31 de dezembro de 2022

Em reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

222 da Lei das Companhias por Ações;

- se ocorrer qualquer mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário da Emissora, ou, ainda, a incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, sem o prévio consentimento dos titulares dos CRI, ficando, no entanto, autorizada qualquer transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário da Emissora para fundos de investimento em que a Alianza Gestão de Recursos Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 21.950.366/0001-00, atue como gestor ou consultor imobiliário (“Fundo de Investimento Alianza”), sem necessidade de prévio consentimento dos titulares dos CRI;
- se a Emissora ceder ou transferir, ou de qualquer forma prometer ceder ou transferir a terceiros os seus direitos e obrigações inerentes à presente Escritura de Emissão ou Documentos da Operação, sem prévio e expresse consentimento dos titulares dos CRI, exceto se em decorrência de um Evento Permitido;
- se a Emissora ceder ou transferir, ou de qualquer forma prometer ceder ou transferir a terceiros o Imóvel Lastro ou os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, exceto se em decorrência de um Evento Permitido ou se obtido prévio e expresse consentimento dos titulares dos CRI;
- invalidade, ineficácia, nulidade ou inexequibilidade desta Escritura de Emissão, ou de qualquer dos Documentos da Operação, ou de quaisquer das obrigações da Emissora oriundas desta Escritura de Emissão ou dos demais Documentos da Operação;
- caso ocorra o vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Emissora, cujo valor total, individual ou agregado, seja igual ou superior à importância correspondente a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- existência de qualquer decisão judicial irrecorrível ou contra a qual não caibam recursos com efeito suspensivo, que afete a validade ou exigibilidade das Debêntures ou dos CRI;
- qualquer alteração ou modificação do objeto social da Emissora que resulte em alteração relevante da atividade preponderante da Emissora e que, de alguma forma, tenha impacto negativo na capacidade da Emissora no cumprimento das obrigações assumidas nos Documentos da Operação de que é parte, exceto se a alteração ou modificação tenha por objetivo a inclusão de atividades acessórias necessárias à consecução do Empreendimento no Imóvel Lastro;
- caso a Emissora contrate empréstimos, financiamentos, mútuos ou qualquer outro tipo de dívida, bem como outorgue avais, fianças e/ou demais garantias prestadas em benefício de terceiros, cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), sem a prévia e expressa anuência dos titulares dos CRI reunidos em Assembleia de Titulares de CRI. Com relação a eventuais estornos de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), o limite referido acima é de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais);

Principal Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

De 31 de dezembro de 2022

Em reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

- inadimplência com quaisquer obrigações financeiras a que esteja sujeita a Emissora, no mercado local ou internacional, não relativa a esta Escritura de Emissão ou a qualquer dos Documentos da Operação, cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), não sanado pela Emissora no prazo de 10 (dez) Dias Úteis da data em que se tornou inadimplida ou no prazo de cura previsto no respectivo documento;
- redução do capital social ou resgate das ações da Emissora, sem a prévia autorização dos titulares dos CRI, ressalvadas reduções do capital social para absorção de prejuízos ou eventual redução de capital realizada no âmbito de um Evento Permitido, inclusive com a finalidade de transferir a Fração Ideal do Imóvel para a HBS Participações, sendo que tal redução do capital considera-se desde já aprovada para fins do parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das Companhias por Ações;

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 todas as cláusulas restritivas foram respeitadas não incorrendo em vencimento antecipado da dívida ou qualquer outra implicação.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

10.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social integralizado é de R\$35.016.370 representado por 35.016.370 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme eventos e valores abaixo:

Conforme ata de assembleia geral extraordinária realizada em 02 de fevereiro de 2022, a qual deliberou sobre o aumento de capital no montante total de R\$ 353.017 (trezentos e cinquenta e três mil, dezessete reais), mediante a emissão de 353.017 (trezentos e cinquenta e três mil e dezessete) nova ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real), integralmente subscritas pelo acionista PPS Principal Fundo de Investimentos em Participação Multiestratégia – IE, a ser integralizadas pelo PSS Principal FIP, em moeda corrente nacional.

Conforme ata de assembleia geral extraordinária realizada em 8 de julho de 2022, a qual aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 6.146.370 (seis milhões, cento e quarente e seis mil, trezentos e setenta reais), mediante a emissão de 6.146.370 (seis milhões, cento e quarenta e seis mil, trezentos e setenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, as quais, neta data foram integralmente subscritas pela HBS Participação Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº04.221.025/0001-76, e integralizadas por meio da conferência de bens pela HBS. A referida contribuição é realizada por meio da conferência do imóvel localizado na Avenida Papa João XXIII.

Conforme ata de assembleia geral extraordinária realizada em 08 de abril de 2022, a qual aprovou o aumento de capital no montante total de R\$ 45.000.000 (quarenta e cinco milhões de reais), mediante a emissão de 7.196.800 (sete milhões, cento e noventa e seis mil, oitocentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 6,252779 por ação, integralmente subscritas pelo acionista PPS Principal Fundo de Investimentos em Participação Multiestratégia – IE, a ser integralizadas pelo PSS Principal FIP, em moeda corrente nacional, no prazo de até 24 (vinte e quatro) meses contados desta data.

Principal Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

De 31 de dezembro de 2022

Em reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2022	31/12/2021
PPS Principal Fundo de Investimento	47.022.917	1.669.900
HBS Participações	6.146.470	100
Total do capital social subscrito	53.169.387	1.670.000
Capital a integralizar	(18.153.017)	-
Total do capital integralizado	35.016.370	1.670.000

11. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas estão assim representadas:

	31/12/2022	31/12/2021
Serviços prestados	(119.016)	(58.046)
Despesas com publicações	(3.888)	(21.222)
Outras despesas	(34.676)	(3.328)
	(157.580)	(82.596)

12. RESULTADO FINANCEIRO

Receitas financeiras	31/12/2022	31/12/2021
Rendimentos de aplicação financeira	506.462	12.968
Variação monetária ativa	175.222	-
Outras receitas financeiras	843	77
	682.527	13.045

Despesas financeiras	31/12/2022	31/12/2021
Juros sobre debêntures/CRI (a)	(138.250)	-
Despesas com emissão debêntures/CRI	(104.804)	-
Variação monetária passiva	(49.926)	-
IOF	(20.859)	-
Outras despesas financeiras	(4.192)	-
	(318.031)	-
Resultado financeiro líquido	364.496	13.045

(a) As despesas financeiras oriundas de juros de debêntures representam 18% do total de juros incorridos, o valor residual dos juros incorridos está sendo capitalizados ao custo do imóvel, pois essa proporção captada está sendo utilizado no desenvolvimento do empreendimento.

Principal Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

De 31 de dezembro de 2022

Em reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A seguir a reconciliação do imposto de renda e contribuição social para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras	681.850	13.045
Base de cálculo IPRJ e CSLL	681.850	13.045
IRPJ (15%)	(102.278)	(1.957)
IRPJ adicional (10%)	(54.173)	-
CSLL (9%)	(61.367)	(1.174)
	(217.818)	(3.131)

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Companhia estão apresentados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias Companhias (NBC TG 1000/CPC para PME (R1)), e são representados por caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e debêntures e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos.

Gerenciamento de riscos financeiros

a) Visão geral

A Companhia utiliza os instrumentos financeiros mais líquidos e: (i) não contrata operações alavancadas ou com outras formas de opções embutidas que alterem sua finalidade de proteção ("hedge"); e (ii) não tem operações que requeiram depósito de margem ou outras formas de garantia para o risco de crédito das contrapartes.

Os principais riscos financeiros considerados pela Administração são:

- Risco de liquidez.
- Risco de capital.

Risco de liquidez

A maturidade dos ativos e passivos financeiros, com liquidação em caixa está apresentada a seguir:

Não é esperado que os fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, ocorram antes do prazo previsto ou em montantes significativamente diferentes daqueles apresentados.

Em 31 de dezembro de 2022, não há efeito de ajuste a valor presente relevante.

Principal Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

De 31 de dezembro de 2022

Em reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital/patrimônio livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Análise de sensibilidade

A Companhia apresenta a seguir o quadro de sensibilidade para o risco de variações de taxas de juros a que está exposta considerando que os eventuais efeitos temporais impactariam os resultados futuros, tomando como base as exposições apresentadas em 31 de dezembro de 2022, sendo, os efeitos no patrimônio basicamente os mesmos do resultado.

Para efeito de análise de sensibilidade a Companhia adotou taxas vigentes em datas próximas à da apresentação das referidas demonstrações financeiras, extraídas no website do Banco Central do Brasil, utilizando para IPCA e CDI a mesma taxa em decorrência da proximidade das mesmas.

Ativos e passivos líquidos	Saldo líquido 31/12/2022	Queda de 50%	Queda de 25%	Provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)		6,83%	10,24%	13,65%	17,06%	20,48%
- CDI	22.161.718	1.512.537	2.268.806	3.025.075	3.781.343	4.537.612
Debêntures (nota 9) - IPCA	(39.927.499)	(1.431.401)	(2.147.101)	(2.862.802)	(3.578.502)	(4.294.203)

15. Provisão para demandas judiciais

A Principal no curso normal de suas operações pode fazer parte em processos judiciais de natureza trabalhista, tributária e cível em diversas instâncias ajuizadas e conhecidas nas datas dos balanços tendo a Administração adotado como procedimento a constituição de provisão com base em vários fatores incluindo a opinião dos seus assessores jurídicos externos e a análise das demandas judiciais pendentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não havia processos classificados pelos seus assessores como probabilidade de perda possível ou provável.

No dia 08 de fevereiro de 2023 o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, nos Recursos Extraordinários 955.227 (Tema 885) e 949.297 (Tema 881) sobre a possibilidade de se desconstituir a coisa julgada em relações jurídicas de trato sucessivo em matéria tributária. Após a análise pelos respectivos Escritórios Jurídicos dos processos tributários em que a Companhia é ou foi parte, tanto no polo ativo quanto passivo, não foi identificada qualquer situação que possa ser afetada pela referida decisão.”

16. Outros serviços prestados pelos auditores independentes

A Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não contratou ou teve serviço prestado pela RSM Brasil Auditores Independentes relacionados a esta Empresa, que não os serviços de auditoria externa, em patamares superiores a 5% do total dos custos de auditoria externa.

Principal Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

De 31 de dezembro de 2022

Em reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

17. Eventos subsequentes

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

18. Administrador e contador

O Administrador e contador responsáveis pelas demonstrações financeiras são:

Administrador

Contador CRC